

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: fatos e motivações

Eduardo Antônio Resende Homem da Costa¹

RESUMO: É comum não existir consenso sobre o que é a responsabilidade social empresarial. Com isso não existiria um conceito, mas conceitos estabelecendo correntes de pensamento que seriam adotadas e seguidas até que uma prevalecesse pela adoção da maioria. A produção de conhecimento nos traz diversos conteúdos, entre os quais está o histórico. O histórico tem duas funções. Uma, é produzir volume, a outra, produzir sentido. Um bom histórico interroga os fatos que são apontados como relevantes. Identificar agentes passivos, ativos, motivações e buscar sentido no fato registrado em uma linha do tempo. Em função da ausência de consenso este trabalho torna-se complexo. A imprecisão do conceito tem forte apelo ideológico, já que envolve concepções de mundo diferentes. Os papéis do Estado, das empresas privadas e da sociedade civil irão variar, conforme o agente emissor ou avaliador do conceito ou fato debatido. Cada lado defende as suas perspectivas e gerando, além de conceitos diversos, múltiplas interpretações de fatos históricos. Percebe-se, nos trabalhos pesquisados, que não há uma análise profunda e integrada dos propósitos de cada agente pesquisador e pesquisado. Muitos fatos históricos são listados e reproduzidos apenas “pro forma”, com o intuito de apresentar o tema. Reside aqui o objetivo deste trabalho: contribuir para a compreensão dos fatos que marcaram a responsabilidade social empresarial. Os métodos de pesquisas para o desenvolvimento deste trabalho permitem classificar a pesquisa quanto aos seus objetivos como exploratória; quanto aos procedimentos como pesquisa bibliográfica e documental; e quanto à abordagem do problema, como qualitativa.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial – história - sociedade – mercado

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: FACTS AND MOTIVATIONS

ABSTRACT: There is no consensus on what it is corporate social responsibility. Thus, there would not be a concept, but concepts establishing schools of thought that would be adopted and followed until one prevailed by adopting the majority. The production of knowledge brings diverse content, among which is the historic. It has two functions. One is to produce volume. Another, is produce meaning. A good historic questions the facts that are seen as relevant. Identify passive agents, active, motivated and seek meaning in fact recorded in a timeline. Due to the lack of consensus this work becomes complex. The vagueness of the concept has strong ideological appeal, as it involves different worldviews. The "role" of the State, civil society and private business will depend on who analyze. Each side defends its prospects, generating multiple interpretations of historical facts. It can be seen in the surveyed scientific articles, that there is a deep and integrated analysis of the purposes of each researcher and researched agent. Many historical facts are listed and played only "pro forma" in order to present the subject. The objective of this work is to contribute to the understanding of the facts about corporate social responsibility. The research methods used to construct this work are classified as exploratory, bibliographic and qualitative.

Keywords: corporate social responsibility - history - society - Market

¹ Mestrando em Sistemas de Gestão - LATEC/UFF. E-mail: contato@eduardohomem.com

INTRODUÇÃO

O primeiro contato de alguém interessado em um tema qualquer, normalmente está ligado a uma definição, ao seu conceito. Isso traria, teoricamente, melhor compreensão do objeto estudado. No entanto, é comum não existir consenso e com isso não existiria um conceito, mas conceitos diversos estabelecendo correntes de pensamento que seriam adotadas e seguidas até que uma prevalecesse pela exclusão de sentido de uma ou simplesmente pela adoção da maioria. Em casos de conceitos em construção uma definição, ou ainda, as definições do objeto estudado farão parte de uma massa de dados a serem avaliados pelo leitor para construir uma ideia própria. Em meio a essa massa de dados, encontrar-se-ão opiniões, convicções, experiências, suspeitas e conteúdos diversos que deveriam produzir sentido. Entre esses conteúdos está o histórico. O histórico tem duas funções. Uma, que não interessa aqui, é produzir volume. A outra, produzir sentido.

Um bom histórico não lista os principais fatos. Essa lista é a muito utilizada linha do tempo. Linhas do tempo servem apenas para colocar na linha quem será interrogado. Essa é a chave de um bom histórico. Interrogar fatos que são apontados como relevantes. Identificar agentes passivos, ativos, motivações e buscar sentido no fato registrado na linha do tempo. Este trabalho em si já seria complexo de ser feito considerando as variáveis anteriormente apontadas. A complexidade se amplia em função da ausência de consenso (COSTA, 2014) em torno do tema a ser estudado aqui: responsabilidade social empresarial. A imprecisão do conceito tem forte apelo ideológico, já que envolve concepções de mundo diferentes. Os papéis do Estado, das empresas privadas e da sociedade civil irão variar, conforme o agente emissor ou avaliador do conceito ou fato debatido. Cada lado defende as suas perspectivas e gerando, além de conceitos diversos, múltiplas interpretações de fatos históricos.

A nova “etapa de relações” que Dias (2012) prefere acreditar parece bem real. A questão é que uma relação nova pode ser positiva ou repleta de conflitos. Percebe-se, nos trabalhos pesquisados, que não há uma análise profunda e integrada dos propósitos de cada agente pesquisador e pesquisado. Muitos fatos históricos são listados e reproduzidos apenas “pro forma”, com o intuito de apresentar o tema. Reside aqui o objetivo deste trabalho: contribuir para a compreensão dos fatos que marcaram a responsabilidade social empresarial. Uma bibliometria ajudou a construir uma linha do tempo para que uma história pudesse ser contada. A esta foram somadas outras linhas do tempo encontradas ou

simplesmente convertidas em linhas os históricos apresentados em livros referenciados no artigos selecionados. Feito isso, as fontes foram sendo diversificadas para que fossem preenchidas as possíveis lacunas. A necessidade de uma informação foi ampliando o tipo de fonte, relevando, claro, a possível veracidade ou falta de precisão. Os métodos de pesquisas para o desenvolvimento deste trabalho permitem classificar a pesquisa quanto aos seus objetivos como exploratória; quanto aos procedimentos como pesquisa bibliográfica e documental; e quanto à abordagem do problema, como qualitativa.

REVISÃO DE LITERATURA

Sobre responsabilidade social empresarial é comum ler artigos com referências à falta de consenso que estabeleceria um conceito. Principalmente porque um conceito estabelecido conduziria automaticamente a uma avaliação do comportamento das empresas. O inverso produz uma nuvem que não permite que isso aconteça. Todos seriam irresponsáveis e responsáveis, dependendo de onde vier o pensamento. Alguns, como Dias (2012), preferem encarar a responsabilidade social empresarial como ferramenta. O mesmo autor acredita que, além de ferramenta, é um “novo paradigma de relações com a sociedade”. É um tema que costuma trazer debates acalorados com pressupostos permeados de orientações ideológicas ou outros interesses, conscientes ou não. Almeida (2009) avalia que o estudo da RSE exigiria que cada autor definisse o seu posicionamento sobre o conceito e a forma como interpreta o seu significado.

Antes da conceituação sobre responsabilidade social empresarial pode-se analisar a questão da filantropia. Costa (2010) destaca que o termo significa “amor à humanidade”, “humanitarismo”; tradicionalmente relacionado às atividades de pessoas abastadas que praticam ações sociais sem fins lucrativos ou doam recursos para entidades beneficentes. Filantropia não é responsabilidade social empresarial. Palavras diferentes com sentidos diferentes. No entanto, existe esta caracterização descrita como parte da responsabilidade social empresarial ou apenas como uma forma de ação social empresarial que se aproximaria da responsabilidade social (TENÓRIO, 2004). Dois caminhos ainda podem ser observados. Um traria uma visão em cuja perspectiva prevaleceriam os aspectos econômicos. Outra, uma visão socioeconômica. Antes de decidir por uma das duas, vale resgatar esses conceitos.

Bowen, em 1953, questionava o tipo de responsabilidade eu poderia ser legítima para um homem de negócios. Levitt (1958) afirmava que o trabalho do Estado não é um “negócio”, assim como o mundo dos negócios não seria um “trabalho” do Estado. Friedman (1970) sugeria que executivos aplicando recursos com propósitos sociais poderia configurar desvio de recursos. Seriam negócios com propósitos distintos. Conforme o conceito de sustentabilidade foi migrando da área financeira para a de “visão estratégica”, foi acontecendo o “esverdeamento” das empresas. São as organizações sustentáveis. Sobre isto, destaque-se Barbieri (2007). As empresas sustentáveis seriam aquelas que criariam valor de longo prazo aos acionistas, por serem organizações cujo impacto no meio em que estão inseridas seria positivo. Por fim, de forma didática Ferrell (2001), a partir de Carroll (1979), diz que a empresa socialmente responsável é aquela que, na busca por maximizar os efeitos positivos sobre a sociedade e minimizar os negativos, considera as dimensões legais, econômicas, filantrópicas e éticas. Unindo o enfoque clássico ao socioeconômico, esses autores destacam que a responsabilidade social se desdobra em quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica.

PROPOSTA DE BASE DE DISCUSSÃO HISTÓRICA

No início do século XX, o envolvimento de empresas com as ações sociais se resumia ao ato filantrópico. Pode-se levar ao pé da letra o conceito de filantropia, pois as empresas do início do século XX se confundem com o dono ou a família proprietária. Por consequência lógica, as doações assumiam um “caráter pessoal” (TENÓRIO, 2004). Em outras palavras, valia a vontade do filantropo, na maior parte das vezes investindo conforme a sua vontade, não por estratégia elaborada para se desenvolver no mercado.² Nesse período, a premissa da legislação sobre as empresas era a de que tinha como objetivo a realização de lucros para seus acionistas. A responsabilidade da empresa era com seus proprietários e a filantropia empresarial podia “ser realizada na medida em que favorecesse os lucros dos acionistas” (ASHLEY, 2005)

A ideia de uma empresa investir na sociedade, fora do seu negócio, fatalmente pode nos introduzir à ideia de substituição das funções fundamentais do Estado. Levitt já alertava (LEVITT, 1958) que "*government's job is not business, and business's job is not*

²Apesar de serem consideradas “gigantes” para a época, nem de longe podem se comparar as corporações transnacionais que existem no início do século XXI, com alto impacto ambiental e propriedade diluída pelas bolsas de valores e com “nacionalidade” apenas simbólica.

government", assim como Friedman (1970) apontava que esse tipo de atenção era indicativo de problemas dentro da empresa por sugerir desvio de recursos e que se um executivo aplicasse recursos com propósito "social" ele se "tornaria um funcionário público, embora empregado de uma empresa privada". Seriam "negócios" com propósitos diferentes. Quase 40 anos depois, suas opiniões ainda encontram eco. O Wall Street Journal publicou artigo de Henry Manne com o incisivo título "*Milton Friedman was right – Corporate social responsibility is a bunk*³".

Duas décadas passaram para que houvesse uma mudança nos discursos corporativos, como sugere Kreitlon (2008), "fruto de um processo de progressiva construção e legitimação sociais conduzido pelos diversos agentes e instituições que dele participam, e resultado de um contexto histórico, político e econômico bem preciso." Bowen (1953) questionava o tipo de responsabilidade que se poderia esperar, legitimamente, que homens de negócio assumissem. Vai além ao afirmar que eles seriam responsáveis pelas consequências de seus atos de forma mais abrangente que as demonstrações contábeis. No entanto, o consenso no tema até hoje encontra forte barreiras. Relatório do BNDES (2000) aponta a forte resistência da classe empresarial e que muitos têm em seu discurso que já são suficientemente responsáveis na medida em que geram riquezas para a sociedade, empregos, pagam impostos entre tantos outros.

Qualquer tipo de ação que minimize a miséria e gere o bem-estar social tem valor, mas isto não pode levar a crer que o meio empresarial irá resolver a desigualdade social. *A priori*, empresário não quer esta responsabilidade. No entanto, não deve significar o rechaço à ideia do engajamento empresarial em questões sociais. Afinal, um empresário e o seu empreendimento fazem parte do ambiente social e dele se alimenta. O bom andamento dos negócios depende da saúde econômico-social do ambiente em que a empresa está inserida. Todos os envolvidos neste ambiente devem ter o papel e a capacidade de gerar as transformações necessárias para gerar riqueza sem ampliar a miséria, danosa ao desenvolvimento de qualquer empreendimento.

Essa linha de raciocínio ganhou fôlego a partir da década de 1960 dentro de um cenário geral de contestações e turbulência social. Não podia ser diferente. O mundo estava mudando muito rápido. Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960, o mundo viveu uma reorganização político-econômica global que se traduziria em

³ Bunk: Bobagem.

dois grandes pólos de poder: o soviético e o norte-americano. O lado liderado pelos Estados Unidos promoveu mudanças forçando um processo de abertura econômica global com o intuito de liberar mercados para a livre ação de empresas. O lado liderado pela União Soviética prometia eliminar as diferenças sociais abolindo o capitalismo.

Ao longo da década de 1970, muitas questões fortaleceriam o discurso ambientalista, mas muito antes disso, em 1962, Rachel Carson publicou *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*). Nesse livro, Carson condenava o uso indiscriminado de agrotóxicos ou pesticidas. O debate saiu do mundo acadêmico e foi para as ruas. Ninguém mais podia negar que o problema existia. Ainda em 1968, foi fundado o Clube de Roma reunindo líderes políticos, economistas, cientistas, entre outros de vários países para analisar a situação mundial e apresentar previsões e soluções para o futuro. O primeiro relatório foi publicado em 1972, intitulado *Os Limites do Crescimento*, tratava de problemas cruciais para o desenvolvimento da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Nesse mesmo ano a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) declarou o princípio segundo o qual o poluidor paga quando se produz um dano ambiental. Era uma resposta ao que se considerava uma “Falha de Mercado”.

As Alterações Climáticas constituem uma falha de mercado do tipo externalidade negativa. A poluição atmosférica devido às emissões de gases com efeito de estufa resulta da existência de um bem, o ar (não poluído), cujo preço é nulo para o produtor individual. Num mercado sem regulação, a produção e a poluição atmosférica serão excessivas relativamente aos respectivos níveis ótimos. [...] deverão assim intervir regulando o mercado de forma a que se possa atingir a solução ótima, ou pelo menos, a solução que se aproxima mais daquela (DUARTE, 2006-2007).

Em outras palavras, a falha de mercado deverá ser suprida através da aplicação do princípio do poluidor pagador. Este princípio consagra a obrigação do agente poluidor pagar o custo da poluição que provocou.

O poluidor deve suportar as despesas das medidas decididas pelas autoridades públicas para assegurarem um ambiente num estado aceitável. Por outras palavras, os custos destas medidas devem-se reflectir no custo dos bens e serviços que causam poluição seja na produção, seja no consumo. Tais medidas não devem ser acompanhadas por subsídios que criariam distorções significativas no comércio internacional e no investimento.

Os problemas ambientais perturbavam de tal maneira que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972). A Conferência apontava para o fato de que a ação humana estava causando degradação da natureza e criando riscos para o bem-estar e para a própria sobrevivência da humanidade. Era evidente a preocupação dos países mais desenvolvidos. Essa sucessão de eventos, marcada ainda pela criação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente,⁴ evidenciava a gravidade da situação, contudo, um confronto se anunciava entre os países desenvolvidos e os demais. Como conciliar o controle do dano ambiental sem reduzir o crescimento? Aos menos desenvolvidos ficava o questionamento da legitimidade das recomendações dos países tidos como ricos que já haviam atingido o desenvolvimento utilizando largamente os recursos naturais.

Ao propor exigências de controle ambiental, retardariam o crescimento dos países em desenvolvimento. A Conferência foi um marco para as discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente e início da busca de elementos de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Estudos de Sherwood Rowland e Mario Molina, publicados em 1974, sobre o potencial de destruição da camada de ozônio pelos gases CFCs (clorofluorcarbonos) agravavam a situação (LAGO, 2007). Nos anos seguintes, novos estudos confirmavam que existiam fortes motivos de preocupação que justificavam um esforço internacional para restringir o uso de CFCs, tendo o PNUMA um papel determinante ao promover uma reunião, em 1977, em Washington, sobre os efeitos dessas mudanças. Onze anos depois, o mundo ainda estava pesquisando e debatendo. Em 1985, relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do PNUMA identifica o acúmulo de CO₂ e de outros gases de efeito estufa e faz previsões de aquecimento global. Pode-se compreender que a década de 1970 foi a do despertar ambiental. Foi rica em busca de soluções, mas (e provavelmente por isso) foi repleta de acidentes. A 1ª crise do petróleo em 1973 pôs o mundo em polvorosa, abrindo perspectivas de combustíveis alternativos e aumentando a construção de grandes centrais nucleares em países industrializados.

⁴“Principal autoridade global em meio ambiente. É a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações.” Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em: 29 out. 2010.

Contudo, acidentes como o da usina nuclear de Three Mile Island⁵ na Pensilvânia (EUA), em 1979⁶, puseram em cheque a mudança drástica de matriz energética. O futuro era desalentador.⁷

A efervescência global se intensificou de tal forma, principalmente devido às questões ambientais,⁸ gerando impasses que estabeleceram novos padrões de conduta empresarial diante de uma realidade nova⁹. As empresas tornaram-se o alvo predileto (e legítimo) de reivindicações cada vez mais numerosas e variadas. Não sem razão, pois o crescimento econômico experimentado após o fim da II Guerra Mundial alimentou a criação de mega empresas com alcance global, mobilizando e consumindo recursos como nunca antes. A probabilidade de desastres ambientais como o de Bhopal na Índia (1984)¹⁰, do Exxon Valdez (1989)¹¹, o uso intenso de recursos naturais provocando o seu esgotamento (morte de rios, desaparecimento de espécies), assim como a ausência de uma legislação adequada revelou a falta de preparo global para lidar com essas novas questões. A necessidade de regulamentação é fundamental em casos dessa natureza, contudo, tinham apenas espasmos de resultados, como a lei do Balanço Social na França em 1977.¹²

⁵ Llory (2001) sugere que a maior parte dos acidentes industriais, incluem-se Three Mile Island, Chernobyl e Bhopal, poderia ter sido evitado e as suas consequências melhor estudadas e cuidadas se o silêncio ou a transferência de culpa para as partes mais frágeis (nesse caso, os operadores dos equipamentos) Não fosse uma prática.

⁶ E o de Chernobyl (Ucrânia), em 1986, tido como pior acidente nuclear da história. Vale acrescentar Mayak. Apesar de ter sido na década de 1950, só no final da década de 1970 que o mundo teve notícias. Segundo o Greenpeace, “Em 1957, uma fábrica de processamento de material nuclear explodiu em Mayak (Rússia) expondo 272 mil pessoas a radiações. Ainda hoje, Mayak é um dos lugares com maior índice de radioatividade do planeta.” Ficou décadas oculto para o mundo ocidental e somente em 1976 vieram à tona as primeiras informações através de um biólogo russo que havia imigrado à Inglaterra.

⁷ Marcante nesse período também foi o desastre ecológico causado por derramamento de milhões de litros de óleo pelo petroleiro Amoco Cadiz na costa da Bretanha (França) em 1978. No anexo há uma tabela com uma versão sintética dos principais fatos que conduziram ao desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial.

⁸ Nada mais global do que uma questão ambiental que não tem fronteiras.

⁹ Em 1984 a Nestlé aceitou negociar com grupos de consumidores, responsáveis pela organização de um forte boicote à marca, motivado pela promoção de leite em pó para bebês nos países em desenvolvimento.

¹⁰ Nuvem de morte dentro da noite indiana. Veja. 12 de dezembro de 1984.

¹¹ Navio da maior petrolífera do mundo - derramou 41 milhões de litros na costa do Alasca, afetando a vida animal até hoje.

¹² O Balanço Social é uma publicação que apresenta um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos sócio-ambientais realizados por uma empresa. É um mecanismo de prestação de contas (accountability). Sua finalidade é dar maior “transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias” (BNDES apud COSTA, 2007), mas também aos stakeholders, funcionando como um instrumento de comunicação para contribuir no reforço da imagem institucional. “O primeiro Balanço Social feito no Brasil foi da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, em 1984. A curiosidade deste balanço é que ele também foi apresentado no estilo de literatura de cordel. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80. O do Banespa, realizado em 1992, completa a lista das empresas precursoras deste tipo de relatório no Brasil”. (TREVISAN, RAE-eletrônica v.1, n.2, jul/dez 2002, p. 5)

A possível lentidão de resposta de Estados¹³ ao redor do globo levou a sociedade a buscar formas de mobilização, antigas em seu formato, novas em sua amplitude. Surgem as ONGs “globais”, com destaque para o Greenpeace¹⁴, que com suas táticas de mobilização da mídia intensificou o debate sobre a responsabilidade de governos e empresas. A resposta do Mercado surgia em velocidade menor. Destaque-se o Responsible Care (1985), código de conduta voluntário para a indústria química e o movimento de boicote de negócios com a África do Sul, em 1978, conduzido pelo Interfaith Center on Corporate Responsibility¹⁵. No Brasil, a situação não era muito diferente. Nasce o Prêmio ECO¹⁶ e a FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, em 1986, visando a “humanização das empresas e a sua integração com a sociedade”.

A década de 1980 avançou sem evoluções significativas que pusessem um freio ao uso dos recursos ambientais, contudo marcos importantes foram estabelecidos. O Relatório Brundtland¹⁷ é um deles. O documento intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future) foi publicado em publicado em 1987 e apontava que os padrões de produção e consumo eram incompatíveis com o uso dos recursos naturais. Em outras palavras, o uso era superior à recomposição pela natureza. A partir daí, desenvolveu-se o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Outros fatos importantes foram a adoção do Protocolo de Montreal sobre substâncias nocivas à camada de ozônio¹⁸ e o estabelecimento do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas – IPCC em 1988. É na década de 1990 que se pode dizer que o tema foi levado com mais seriedade. Inúmeros movimentos da

¹³ Apesar dos esforços da ONU: 1980 - Pela primeira vez é reconhecida a importância da biodiversidade para o funcionamento adequado do ecossistema planetário (Relatório Global), 1982 - Promulgada a Carta das Nações Unidas para a Natureza.

¹⁴ Fundado em 1971, o Greenpeace conseguiu a sua primeira vitória no ano seguinte quando os Estados Unidos decidiram abandonar os locais de testes nucleares da Ilha de Amchitka, no Alasca após mobilização da ONG. A ação do Greenpeace ao longo da década de 1970 e 1980 teve diversos resultados significativos, destaque-se entre eles a interrupção dos ensaios nucleares atmosféricos no Pacífico Sul em 1975 pela França. O site do Greenpeace tem farto material sobre desastres ambientais, incluindo uma área dedicada às “vitórias” da ONG. Vale ressaltar que a WWF foi fundada em 1961. Quando o Greenpeace nasceu ela estava chegando ao Brasil.

¹⁵ Fundado em 1973, ICCR é uma coalizão de 275 investidores institucionais de cunho religioso, que advoga o investimento socialmente responsável.

¹⁶ Em 1982, a Amcham (Câmara Americana de Comércio) criou o Prêmio ECO, “pioneiro no reconhecimento de empresas que adotam práticas socialmente responsáveis”.

¹⁷ O Relatório Brundtland – elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21.

¹⁸ Adotado em 1987 para regular a produção e consumo de produtos que afetassem a camada de ozônio. É considerado bem sucedido na medida em que o Mercado não sofreu alterações que afetassem o consumo. Pelo contrário, tornou-se um diferencial de comunicação com o uso de “etiquetas” apontando o produto como não destruidor da camada de ozônio.

sociedade civil exerceram pressão, inflados pelo avanço tecnológico que barateou custos de comunicação e globalizou o acesso à informação. O não atendimento de demandas sociais deixou uma lacuna que moveu as empresas e a sociedade civil para ocupar o espaço com as tarefas executadas pelo Estado. Se por um lado a ECO-92 foi um sucesso pela participação maciça de chefes de Estado e pela criação da Agenda 21¹⁹, se a sociedade civil organizada aumentava a sua participação, o Mercado ainda precisava reagir para que de fato mudanças acontecessem.

Quatro décadas se passaram desde que Bowen (1953) escreveu sobre a responsabilidade dos “homens de negócio” para surgir uma ISO 14000 que trataria da gestão ambiental. O passo lento refletiu o interesse em ignorar o tema, evidentemente, pois isso afetaria o desenvolvimento do Mercado. No entanto, ao longo da década de 1990, o rumo dos acontecimentos teria o Mercado como um agente mais atuante no desenvolvimento dos fatos. Em 1992, nasceu o World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, organização empresarial que publicou *Mudando de Rumo* sobre o interesse do mundo dos negócios em promover práticas de desenvolvimento sustentável. Era uma tentativa de mudar o enfoque empresarial. Sai o *bottom line*, entra o *triple bottom line*²⁰ cunhado para designar a incorporação dos desempenhos social e ambiental às demonstrações de desempenho financeiro das empresas. Estava aberto o caminho para um novo olhar: uma empresa tem o direito de gerar riqueza para seus acionistas, mas não pode sacrificar o planeta e a sociedade em que ela está inserida.

Somente no final da década de 1990 é que no Brasil os acontecimentos se desdobraram com mais resultados. Em 1997, nascera a Global Report Initiative propondo modelos para relatórios de sustentabilidade. No Brasil, o Ibase lançou modelo de balanço social e incentivou uma campanha para a divulgação voluntária de relatórios dessa natureza. A resposta, de fato, do empresariado nacional veio com a criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Nasce enfaticamente como o nome aponta para conduzir o debate em torno do tema. E é isso o que faz. Praticamente todo o discurso sobre Responsabilidade Social Empresarial no Brasil foi conduzido pelo Ethos. Produziu

¹⁹ Considera-se que esse é um importante documento porque estabelece que Mercado, Estado e Sociedade Civil Organizada se comprometam a refletir global e localmente sobre questões ambientais para caminhar em direção a outro paradigma de produção e consumo.

²⁰ *Bottom line*, a grosso modo, seria a “linha final” de um demonstrativo financeiro, em que pode-se observar o desempenho de sua empresa. Seria o que “interessa” ao Mercado. Não seria um olhar apenas no “*profit*”, mas no “*people*” e “*planet*”.

conteúdo em larga escala, promoveu seminários, cursos, entre tantas atividades que ficou impossível não referenciá-lo.

Em 1999, a ONU²¹ tem mais uma iniciativa e cria o Pacto Global com o intuito de mobilizar a comunidade empresarial internacional para adotar práticas de negócios que respeitem direitos humanos, meio ambiente, entre outras voltadas exatamente para uma inserção menos problemática do Mercado na sociedade global. Tornou-se a base para a criação da ISO 26000, norma de responsabilidade social empresarial²². No Brasil, o parceiro local, não poderia ser diferente pelas intenções claras, é o Instituto Ethos. Paralelamente a isso, o Mercado buscava maneiras de se referenciar. A criação do Dow Jones Sustainability Index World²³ com o objetivo de classificar as empresas capazes de gerar mais valor para seus acionistas encontraria similar nacional o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial²⁴ da Bovespa.

Os critérios estabelecidos visam a filtrar empresas que têm políticas ditas de responsabilidade social²⁵.

O índice ISE é composto pelos papéis de emissão das empresas melhor classificadas em termos de responsabilidade social e sustentabilidade (escolhidos dentre os mais líquidos da BM&FBOVESPA), de acordo com critérios de seleção e classificação referendados pelo Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Em outras palavras, tem que ser rentável e responsável.²⁶ Figuras no ISE empresas de segmentos bem diversos, desde bancos, passando pela Natura, referência

²¹ Vale observar o esforço que a ONU tem feito para o debate. Ainda em 1997 nasceu o Protocolo de Quioto (Kyoto). Esse propõe um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Não podia funcionar. Os EUA rejeitaram e o seu argumento principal era de que a China não assinara. Permanecia a discussão de Estocolmo em 1972. Fundo das Nações Unidas para a população. A Situação da população mundial 2001.

²² Em 2004, a International Organization for Standardization - ISO anuncia a elaboração de um novo padrão ISO para a gestão da responsabilidade social de organizações públicas ou privadas.

²³ <http://www.sustainability-index.com>.

²⁴ Criado em novembro de 2005, esse índice acompanha a tendência mundial de classificar o que se denomina como “Investimentos Socialmente Responsáveis – SRI”. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-BR>. Acesso em: 30 out. 2010.

²⁵ Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>. Acesso em: 30 out. 2010.

²⁶ Idem.

nacional em desenvolvimento sustentável, a empresas de energia. Mas não a Petrobras excluída em 2008²⁷.

O Conselho do ISE poderá, a qualquer momento, decidir pela exclusão de uma companhia da carteira do índice se entender que tenha ocorrido algum acontecimento que alterou significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social.

O final de 1999 ainda assistiria a muita confusão. Protestos em Seattle, por ocasião de uma reunião da OMC – Organização Mundial de Comércio - deixaram muitos feridos. Manifestantes com motivos diversos, ambientalistas, anarquistas, estudantes, sindicatos, entre tantos deixaram a sua marca contra uma organização criada em 1995 para promover o livre comércio e tornar as relações entre Estados mais “suaves”. Era a reação de grupos diversos insatisfeitos com o rumo que a globalização tomava, afetando empregos, salários e condições de desenvolvimento, produção e consumo. A reação da sociedade civil organizada alcançava níveis mais violentos. Se a década de 1990 foi a conscientização do empresariado de que precisava se mobilizar para fazer frente a uma nova realidade, a década de 2000 foi a consolidação da presença empresarial no debate com mais ação prática. Em 2000, o Ethos lançou um conjunto de indicadores de responsabilidade social. Para o empresário, havia a necessidade de medir e comparar como estava o seu desempenho em relação a outros empreendimentos.²⁸

Mais explícita era a postura empresarial de empresas que lidavam fundamentalmente com negócios “sujos”.²⁹ Ainda em 2000, a British Petroleum passa a sua marca para BP (*beyond petroleum*)³⁰ em uma tentativa de mudar a forma como o seu negócio é percebido pelos consumidores. Mais tarde seria seguida pela Petrobras, que se definiria como uma empresa de “energia”³¹. Ambas se envolveriam em muitos acidentes provocando grande insatisfação e danos ao meio ambiente (Baía de Guanabara e rio Iguaçu³², P-36³³, P-7³⁴ e Golfo do México³⁵).

²⁷ Disponível em:

http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/11/25/acoes_da_petrobras_sao_excluidas_do_indice_de_sustentabilidade_e_mpresarial_ise_da_bovespa-586543231.asp. Acesso em: 30 out. 2010.

²⁸ Abrangem os temas Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade. Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp. Acesso em: 30 out. 2010.

²⁹ Negócios altamente poluidores como mineração, petróleo etc.

³⁰ <http://www.bp.com>.

³¹ <http://www.petrobras.com.br>

³² Petrobras é responsável pelo derramamento de 1,3 milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara e quatro milhões de litros no rio Iguaçu, no Paraná. Veja. Edição 1659. A Mancha Impunidade. 26/07/2000.

A internet aprofunda relações e a mobilização em rede. Em 2001, é realizado o I Fórum Social Mundial, organizados por ONGs que se opunham ao neoliberalismo e ao “domínio do capital”.³⁶ Quando o discurso parecia repetitivo, mais um escândalo deu fôlego para críticas. O caso Enron mexeu com as estruturas regulatórias do sistema financeiro. Fraudes, com a conivência de bancos e da empresa que auditava as contas da Enron, ocultaram dívidas e manipulações de balanços.³⁷ O tamanho do problema gerou a lei Sarbanes-Oxley (2002) que tentaria reduzir o esvaziamento dos investimentos causados pela falta de confiança.³⁸ No ano seguinte, novo escândalo. Fraudes na Parmalat agravariam ainda mais a crise de confiança (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).

O século XX terminaria com péssimos presságios. Apesar do avanço evidente no grau de conscientização da sociedade civil, do aumento da mobilização em torno do tema, seja por organizações multilaterais, empresariado ou ONGs, as mudanças de fato eram muito pequenas para fazer frente em relação ao aumento do consumo. Observe-se que a população cresce de forma alarmante. Relatório da ONU especula que a população mundial superará 9,2 bilhões em 2050 e o que é mais grave: muitos em países em desenvolvimento e sem o padrão de consumo dos países mais desenvolvidos. “Our numbers have doubled since 1960 to 6.1 billion, with growth mostly in poorer countries. Consumption expenditures have more than doubled since 1970, with increases mostly in richer countries” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO, 2001).

Para se ter uma dimensão melhor, a China tem mais de 1 bilhão de habitantes. Destes “apenas” 300 milhões são considerados “consumidores”³⁹. Tanto a China quanto países como o Brasil apresentam altas taxas de crescimento econômico e devem incorporar novos consumidores ao longo do século XXI. Observe-se que não é apenas o crescimento populacional, mas trazer pessoas para o mundo do consumo. Como conciliar o desenvolvimento sustentável com a oportunidade de crescer e distribuir renda? As

³³ Explosão e afundamento da plataforma P-36 da Petrobras, na Bacia de Campos, causando a morte de onze operários. Veja, Edição 1692, 21/03/2001. O Acidente na Plataforma na Bacia de Campos.

³⁴ Em 12 de abril um problema na tubulação na plataforma P-7 da Petrobrás, na Bacia de Campos, resultou em um vazamento de 26 mil litros de óleo no mar. Três dias depois, outro acidente na mesma plataforma derramou cerca de 100 mil litros de óleo no mar, entre as cidades de Campos e Macaé. Como se fosse pouco, em 24 de maio novo acidente na plataforma ocasionou outro vazamento de óleo. Foram detectadas duas manchas a uma distância de 85 km da costa. Uma das manchas tinha cerca de 110 mil litros e a outra de 10 mil litros de óleo. Disponível em: <http://www.geama.defesacivil.rj.gov.br/modules.php?name=News&file=print&sid=35> Acesso em: 30 out. 2010.

³⁵ Vazamento recorde no Golfo do México coloca a extração em águas profundas em xeque. Veja, Edição 2174, 21/07/2010. Fechado o poço da BP.

³⁶ http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1

³⁷ Entenda o caso Enron. Folha de São Paulo, 27/05/2003.

³⁸ <http://f11.findlaw.com/news.findlaw.com/cnn/docs/gwbush/sarbanesoxley072302.pdf>

³⁹ Veja, edição 1968, 09/08/2006.

prioridades ficam afetadas. São públicas e notórias as dificuldades sociais. Saúde, educação, saneamento e distribuição de renda. Isso, no entanto, não é um problema exclusivo do Brasil. Nações com desenvolvimento econômico superior também passam por problemas semelhantes, ainda que em menor escala. Mas são as mesmas questões.

Discutir o papel do Estado é tarefa que não cabe aqui. No entanto, pode-se apontar um desafio bastante presente que corresponde à enorme dificuldade dos governos em encontrar o caminho do desenvolvimento e, por consequência lógica, de administrar e sustentar uma estrutura mínima que permita a inclusão do cidadão na sociedade de forma saudável e menos desigual. A desigualdade e a pobreza também não são exclusividades dos séculos XX e XXI. Desde a Revolução Industrial que o debate sobre essas questões têm se intensificado. A produção industrial à época gerou exigências que, para Polanyi (2000), passavam a ter importância capital para o seu desenvolvimento e perpetuidade: terra, trabalho e dinheiro. Em uma sociedade comercial, o fornecimento dessa “matéria-prima” só poderia ser alcançado tornando-as disponíveis para a aquisição. Para que isso acontecesse, esses novos elementos inevitavelmente se transformariam em mercadoria.

Além dessa questão, central para os atritos futuros, a necessidade de autorregulação seria vista como uma segurança de que os lucros surgiriam. Essa independência do “mercado” aliada a transformação da mão-de-obra em mercadoria provocaria uma mudança importante na organização da sociedade. A sociedade tornar-se-ia “um acessório do sistema econômico” e o progresso seria “feito à custa da desarticulação social”. Para Polanyi, a sociedade “poderia ter sido aniquilada” se não surgisse um “movimento bem estruturado para resistir aos efeitos” – sindicatos e leis fabris - de uma economia controlada pelo mercado.

Há que se notar que, mais uma vez recorrendo a Polanyi, “entre os pensadores do século XVIII [...] existia o consenso geral de que pauperismo e progresso eram inseparáveis”. O aumento da riqueza corresponderia ao aumento da pobreza. Essas eram questões complexas de serem trabalhadas porque, aparentemente, um empresário deveria abandonar a produção de riqueza para não ampliar a pobreza. Quem lidaria com isso? As sociedades tiveram ao longo dos tempos movimentos mais ou menos presentes que, de alguma forma, praticavam a caridade, a assistência social. A Igreja Católica pode ser citada como exemplo de instituição com larga atuação nesse sentido. No entanto, quando a pobreza se multiplica gerando possibilidades potenciais de caos, a administração dessa questão ficaria ainda mais complexa tornando insuficiente a caridade tradicional.

Esse problema seria temporariamente sanado com a autorregulação. Quando o funcionamento do mercado gera tensões que ameaçam a destruição do sistema, a própria sociedade se defende ajustando automaticamente as condições. É uma questão de sobrevivência e autopreservação. Explica-se o efeito “sanfona” em que o liberalismo sai de cena quando ameaça implodir a sociedade. O Estado, meramente regulador, surge para evitar o colapso intervindo de forma generalizada e quando a situação estabiliza-se surgem os arautos do livre mercado. Assim os acontecimentos têm se repetido até os dias de hoje quando em meio à crise deflagrada nos Estados Unidos, em 2008, governos no mundo inteiro tiveram que intervir para controlar a situação antes que saísse do controle. Irônico observar ícones transnacionais como a General Motors, originária de uma nação-símbolo do livre mercado, empreendedorismo e individualismo, transformar-se em uma “estatal”.

Pode-se compreender, portanto, que a Responsabilidade Social Empresarial seria uma forma sutil de ajuste “fino” de situações conflitantes dentro do sistema. Mas como exatamente isso aconteceu? A percepção de valor é construída com o desenvolvimento do sentimento de pertença. Isso ocorre quando a empresa se envolve com a sociedade além de relações comerciais. A punição pelo não envolvimento e exploração dos recursos, por exemplo, de forma não sustentável acontece pelo não consumo. Isso além dos antigos caminhos como pressão, denúncias, entre outros. A sociedade ocidental experimentava, desde a década de 1960, um processo de transformação provocado pelos movimentos sociais que aumentavam em tamanho e na amplitude dos temas (mulher, meio ambiente, preconceito etc.). As questões tratavam de problemas diversos, mas, entre elas, os principais movimentos tinham algo em comum que era sempre a postura adotada pelas empresas, em especial as grandes empresas pela visibilidade que sempre têm.

Tais movimentos não eram exatamente novidade, mas sim a força com que vieram para questionar e transformar. A desigualdade era o combustível da questão. O motor, a organização da sociedade turbinada pela evolução dos meios de comunicação que aumentava a capacidade de mobilização e reduzia o tempo que as ideias e os acontecimentos levavam para circular o mundo. O processo de globalização intenso experimentado desde o final da Segunda Guerra Mundial colaborou para intensificar essas mudanças. A globalização não exportava apenas ideias, exportava empresas e produtos também, aumentando vertiginosamente a concorrência. O raciocínio é bem simples: na ausência de concorrência o consumidor perde importância. É só observar o tratamento dado ao cliente por empresas em mercados monopolizados, cartelizados ou oligopolizados.

Em paralelo a isso, os conceitos de gestão de negócios também se transformavam. Se no passado o foco era no produto, lentamente ele se deslocava para o mercado, ou seja, o consumidor que vinha descobrindo a sua força e se organizando para buscar uma posição mais confortável na balança dos negócios.⁴⁰ Esse cenário permitiu o desenvolvimento das estratégias de marketing visando a ganhar diferenciais competitivos. O foco volta-se para o mercado. Daí a importância de identificar o que o consumidor pensa, em como ele se comporta, o que é valor para ele. Se esse consumidor valoriza o atendimento, é isso que vai ser trabalhado. E se esse consumidor valorizar a empresa que retorna parte do seu lucro para a sociedade sob a forma de investimento, por exemplo, em cultura ou educação?

As empresas têm que estar preparadas para esse tipo de comportamento. Em outras palavras, elas devem fazer o investimento necessário que atenda aos anseios e os transforme em um diferencial competitivo. Cada vez mais, as empresas responsáveis, social e ambientalmente, parecem ter maiores chances não só de lucrar, mas de permanecer no mercado por maior tempo, pois o consumidor vem optando por empresas que sigam esse paradigma. Os objetivos empresariais transcenderiam, na visão de SHRIVASTAVA (apud ASHLEY, 2005, p. 56 e 57), do “paradigma antropocêntrico, no qual a empresa é o centro de tudo, para o ecocêntrico, no qual o meio ambiente é o mais importante, e a empresa, assim como outros agentes, insere-se nele”.

Em outras palavras, o exercício da responsabilidade social empresarial está intimamente conectado ao exercício da sustentabilidade, com o intuito de conciliar o ambiente em que a empresa está inserida com os seus interesses econômicos empresariais. Não é nada, portanto, além de criar possibilidades de um cenário compatível à perpetuação das atividades das empresas, no futuro. A ética não é a do lucro pelo lucro, mas a do lucro com qualidade e sem comprometer o bem-estar de futuras gerações. Essa é a ética empresarial que vem sendo construída para o século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁰Um marco na evolução desse relacionamento consumidor-empresa foi a criação do Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor, posteriormente denominado de PROCON, em 1976 pelo governo do estado de São Paulo (COSTA, 2007). Contudo, apesar do surgimento na década de 1970, foi apenas no início da década de 1990 que foi sancionada a Lei 8.078, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, que também criou o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Houve nesse período um “efeito cascata” criador de entidades civis que passaram a atuar na proteção e defesa dos interesses de associados.

Recordando o objetivo deste trabalho, “contribuir para a compreensão dos fatos que marcaram a responsabilidade social empresarial”, pode-se especular sobre a existência dos fatos em si. Porque a priori, seria a decodificação do fato o elemento principal. A maneira como interpretamos é que traria a importância, ou melhor, o juízo de importância, de valor em si. Em um histórico, a parte mais difícil é selecionar o fato a ser pesquisado porque é aqui que entra o juízo do pesquisador. Ele relata o que considera ser importante. No caso deste trabalho isso não aconteceu. Foram somados os fatos encontrados em todas as fontes. Ainda assim, não é possível não influenciar no resultado final, já que a crítica de cada fato, isoladamente de início e no todo buscando as suas inter-relações, sempre virá acompanhada do juízo do pesquisador. O importante é que esse juízo seja perceptível. A ideia é que um indivíduo que leia o estudo perceba a linha de pensamento explorada no texto e possa fazer a sua crítica própria, ampliando ainda mais o debate.

REFERÊNCIAS

O acidente na Plataforma na Bacia de Campos. Veja. Edição 1692, 21 de março de 2001. Ações da Petrobras são excluídas do Índice de Sustentabilidade Social (ISE) da Bovespa. Jornal O Globo. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/11/25/acoes_da_petrobras_sao_excluidas_do_indice_de_sustentabilidade_empresarial_ise_da_bovespa-586543231.asp>. Acesso em: 30 out. 2010.

ALMEIDA, Filipe. **Os valores pessoais e o comprometimento social dos gestores: Um estudo sobre a Responsabilidade Social das Empresas no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 86, 2009.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Org). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva. 2005.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Balço Social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa.** Relato Setorial, n. 2, mar. 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial. Conceito, modelos, instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2007. BM&FBovespa. Disponível em: <<http://bmfbovespa.com>>.

_____. **Índice de Sustentabilidade Social Empresarial.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.

_____. **Investimentos socialmente responsáveis – SRI.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-BR>>. Acesso em: 30 out. 2010.

BOWEN, H.R. **Social Responsibilities of the businessman.** Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1953.

BRASIL. Defesa Civil. **Desastres Ambientais.** Disponível em: <<http://www.geama.defesacivil.rj.gov.br/modules.php?name=News&file=print&sid=35>>. Acesso em: 30 out. 2010.

BRITISH PETROLEUM. Disponível em: <<http://www.bp.com>>. Acesso em: 31 out. 2009.

CARRIGAN, Marylyn; ATTALLA, Ahmad. **The myth of the ethical consumer – do ethics matter in purchase behaviour?** Journal of Consumer Marketing, 2001, v. 18 Iss. 7, p.560 – 578, 2001.

CARROLL, A. **A Three Dimensional conceptual model of corporate performance.** Academy of Management Review, v. 4, p. 497-505, 1979.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo. Edições Melhoramentos, 1962.

CLUBE DE ROMA. Disponível: <<http://www.clubofrome.org/eng/home>>. Acesso em: 17 out. 2010.

COSTA, Eduardo Homem da. **Fundamentos de Responsabilidade Social Empresarial.**

1. ed. Rio de Janeiro: Iventura, 2010.

COSTA, Eduardo Homem da; Veloso, Leticia. **Responsabilidade social para a empresa ou para a sociedade? Questionamentos de um conceito em construção.** X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Francisco José da, COSTA, Rubens Santos da. Revista de Administração Mackenzie, v.9, n.3, p. 115-23, May-June 2008.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: Fundamentos e gestão.** São Paulo: Atlas, 2012.

DOWN JONES SUSTAINABILITY Indexes. Disponível: <<http://www.sustainability-index.com>>.

Eletrodomésticos. **Nova recompensa.** Veja. Edição 101, 12 agosto de 1970.

Entenda o caso Enron, Folha de São Paulo, 27 de maio de 2003.

Fechado o poço da BP. Veja. Edição 2174, 21 de julho de 2010.

FERREL, O. C. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos.** Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2001.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **O que é o Fórum Social Mundial.** Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1>. Acesso em: 28 out. 2010.

FRIEDMAN, Milton. **The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits.** Originalmente publicado pelo The New York Times Magazine em 13 de Setembro de 1970. Disponível em:

<<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. **A Situação da população mundial 2001.**

GOLDIM, José Roberto. **O Princípio da Precaução.** Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/bioetica/precau.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

GREENPEACE. **Os acidentes.** Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org/brasil/nuclear/raio-x-de-nuclear/os-acidentes>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

_____. **Mayak: A 50-Year Tragedy.** Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

_____. **Quem somos.** Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org/brasil/quemsomos>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

_____. **Vitorias.** Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org/portugal/greenpeace/vitorias>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE.
Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS.
BalancoSocialRedeCartilha2.pdf. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

_____. Indicadores **Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2006.** Disponível em: <<http://ethos.org.br>>. Acesso em: 22 maio 2007.

_____. **O Instituto Ethos.** Disponível em:

<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto_ethos.aspx>.

Acesso em: 02 jan. 2009.

_____. **Guia de Compatibilidade de Ferramentas 2005.** Disponível em:

<http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/2005_06_07/Guia_Compt_Ferr2005.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____. **Guia de compatibilidade.pdf.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.** Disponível em:

<http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp>. Acesso em: 30 out. 2010.

_____. **Layout Guia Ferr.pdf.** Disponível em:

<http://www.ethos.org/_Uniethos/Documents/Layout_Guia_Ferr.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____. **Michael Porter mostra como resolver o desafio de incorporar a responsabilidade social na estratégia da empresa.** Disponível em:

<<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=pt-B&Alias=Ethos&itemNotID=8933>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

_____. **Rede Cartilha 1.pdf**, 4. ed. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

INTERFAITH CENTER ON CORPORATE RESPONSABILITY – ICCR Disponível em:

<<http://www.iccr.org>>. Acesso em: 30 out. 2010.

KREITLON, Maria Priscila. **O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação: um olhar sobre o campo de petróleo.** 2008. Tese de doutorado, UFBA.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasília: Thesaurus, 2007.

LEVITT, Theodore. **The dangers of social responsibility.** Harvard Business Review, n. 5, p. 41-50, 1958.

LLORY, Michel. **Acidentes Industriais: o custo do silêncio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Multimação Editorial, 2001

A Mancha Impunidade. Veja. Edição 1659, 26 de julho de 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial.** Rio de Janeiro: Quality Mark, 1989.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro: da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social.** Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001.

_____. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDONÇA, P. M. E.; SCHOMMER, P. C. **O Marketing e suas Relações com o Social: Dimensões Conceituais e Estratégicas.** ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 24. 2000 Anais, Florianópolis: Anpad, 2000. 1 CD-ROM.

Nuvem de morte dentro da noite indiana. Veja. Edição 849. 12 de dezembro de 1984.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade.** Rio de Janeiro: Campus, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO –
OECD. About OECD. Disponível em:

<http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36734103_1_1_1_1_1,00.html>.

Acesso em: 15 out. 2010.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org>>. Acesso em: 15
out. 2010.

Parmalat fraudou balanço e teve de pedir concordata. Folha de São Paulo, 18 jan.
2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u70460.shtml>>.

PETROBRAS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

PHOENIX - UFRJ, n. 5, 1999.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. DNPM diz que não autorizou Nestlé a
desmineralizar água. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/materia.asp?codMat=14937&pesq=sao%7C%7Clourenco%7C>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA.

Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em: 29 out.
2010.

SARBANES-OXLEY. 2002. Disponível em:

<<http://f11.findlaw.com/news.findlaw.com/cnn/docs/gwbush/sarbanesoxley072302.pdf>>.

Acesso em: 2 out. 2010.

SCHIAFO, Rich; SULLIVAN, Ned. Taking Green, acting dirty. Disponível em: <

http://www.nytimes.com/2005/06/12/opinion/nyregionopinions/12WEsullivan.html?_r=1>

. Acesso em: 28 out. 2009.

SCHROEDER, I.; SCHROEDER, J. T. **Responsabilidade Social Corporativa: Limites e Possibilidades**. RAE - eletrônica, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon, 1939: **Pobreza, exclusão social e modernidade :uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

SEA SHEPHERD. Disponível em: <<http://www.seashepherd.org.br>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

SOARES, G. M. de P. **Responsabilidade Social Corporativa: por uma Boa Causa!?** RAE - eletrônica, v.3, n.2, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2010.

SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. São Paulo: Campus, 1998

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2005.

TATIM, D.; GUARESCHI, P. **O Nosso Negócio é o Bem Comum: Representações Sociais no Discurso da Empresa Socialmente Responsável**. Psico, Porto Alegre, 43, jul. 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme Tenório (Org). **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

TREVISAN, Fernando Augusto. **Balço Social como instrumento de marketing**. RAE- eletrônica, v.1, n.2, jul./dez. 2002.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects, The 2000 Revision: Highlights**. New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, 2001.

VASCONCELOS, I. F. G. de. ALVES, M. A.; PESQUEUX, Y. **Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: olhares habermasianos.** Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 2, p. 148-52, 2012.

Vazamento recorde no Golfo do México coloca a extração em águas profundas em xeque. Veja. Edição 2174, 21 jul. 2010.

VEJA. **Edição 1968.** 09 de agosto de 2006.